

1.	Registro da Empresa	1
A.	Exigências.....	1
B.	A Seleção do Contador e Advogado	2
C.	Pontos de Definição para Iniciar o Processo	3
D.	Nome Empresarial	3
E.	O Contrato Social	5
F.	Abertura da Empresa – Passo a Passo	6
a)	1º Passo: Consulta Prévia de Local para Fins de Alvará de Funcionamento	7
b)	2º Passo: Busca de Nome Empresarial Idêntico ou Semelhante	7
c)	3º Passo: Registro da Empresa e Proteção ao Nome Empresarial	7
d)	4º Passo: Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) e Secretaria da Receita Federal (SRF)	7
e)	5º Passo: Alvará de Licença do Corpo de Bombeiros	8
f)	6º Passo: Alvarás.....	8
g)	7º Passo: Inscrição Estadual	8
h)	8º Passo: Inscrição na Previdência Social (INSS).....	9
i)	9º Passo: Documentos Fiscais.....	9
j)	10º Passo: Inscrição no Sindicato Patronal.....	10
2.	Código de Defesa do Consumidor	11
3.	Anexo	12

1. REGISTRO DA EMPRESA

Para iniciar a operação da unidade, é preciso constituir uma empresa e seguir as orientações deste capítulo.

- Abertura e constituição de uma empresa: processo burocrático que leva de 30 a 180 dias para conclusão.
- Profissional responsável: Contador ou Técnico em Contabilidade, devidamente registrado no conselho da classe.
- Custos: costumam cobrar até R\$ 3.000,00 para a abertura da empresa e um salário mínimo/mês pela manutenção dos serviços, devido às obrigações impostas pela Legislação Brasileira.

A. Exigências

Alternativas de constituição da empresa:

- Sociedade, em que os Franqueados serão titulares e deterão pelo menos 75% das cotas ou ações
OU
- Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (EIRELI): é uma categoria empresarial que permite a constituição de uma empresa com apenas um sócio: o próprio empresário.

Essa conduta é obrigatória durante toda a vigência de seu Contrato, devido ao caráter “intuitu personae” da Franquia.

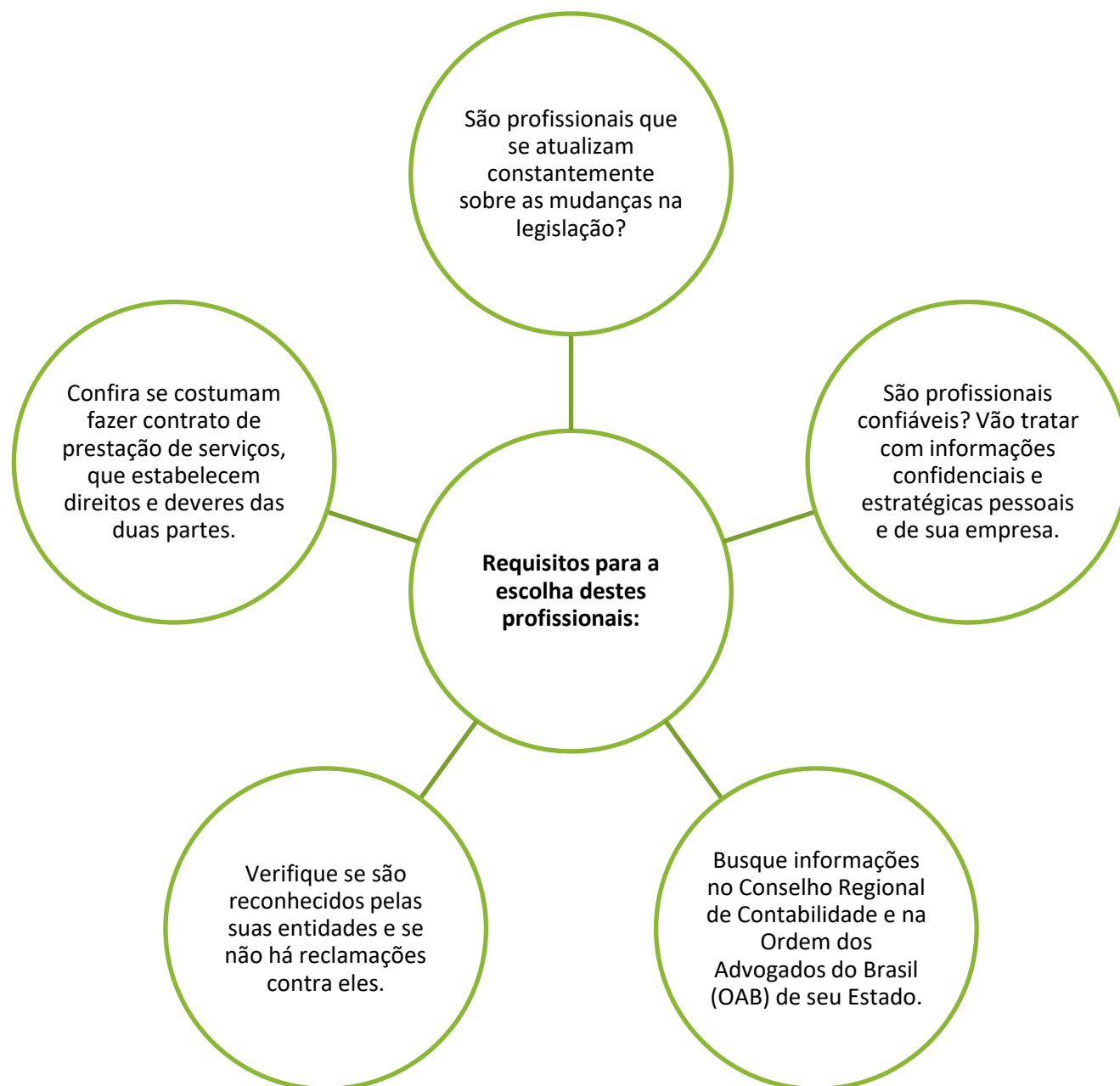
Você é o representante legal da franquia, uma vez que o Contrato de Franquia foi firmado em seu nome. Você exercerá a função de sócio gerente e será o responsável pela operação, durante todo o período de vigência do Contrato.

Toda e qualquer alteração no Contrato Social dependerá de prévia aprovação, por escrito, dos responsáveis jurídicos da Franqueadora. Após a aprovação, você deverá enviar à Franqueadora uma via dos atos constitutivos e da última alteração societária, devidamente registrados.


Você não poderá:

- Usar nomes ou marcas da Franqueadora em sua razão social, nome comercial ou mesmo requerer seu registro em qualquer órgão governamental.
- Alterar a composição societária ou fechar a empresa sem a autorização expressa da Franqueadora.
- Se isso for necessário, deverá expor motivo justificável.
- Antes de aprovar, a Franqueadora avaliará a situação da empresa perante os poderes públicos e terceiros, com relação a encargos e obrigações civis, comerciais, trabalhistas, previdenciárias, fiscais, entre outras.

B. A Seleção do Contador e Advogado



C. Pontos de Definição para Iniciar o Processo



Quem serão os sócios, qual será a participação no capital social de cada um?

Como farão a divisão de lucros/remuneração dos sócios?

Há alguma restrição para empresas no local em que será instalada?

O imóvel onde será a sede da empresa está regularizado perante a prefeitura?

Qual será o nome da empresa?

Esse nome está disponível na Junta Comercial?

D. Nome Empresarial

Pode ser de duas espécies:

- **Firma:** nome utilizado pelo empresário individual, pela sociedade em que houver sócio de responsabilidade ilimitada e, de forma facultativa, pela sociedade limitada e pela empresa individual de responsabilidade Ltda - Eireli.
- **Denominação:** nome utilizado pela sociedade anônima e cooperativa e, em caráter opcional, pela sociedade limitada, em comandita por ações e pela empresa individual de responsabilidade Ltda - Eireli.

Sociedade adotando Firma:

- Nome empresarial poderá ser composto:
 - Pelos nomes completos dos sócios.
 - Pelo nome de pelo menos um dos sócios, acrescido da expressão “e Companhia”, por extenso ou abreviada.
 - Nos respectivos casos, acrescentar as expressões "comandita por ações" ou "limitada", por extenso ou abreviadas, ao final do nome empresarial.

Sociedade adotando Denominação

- Nome empresarial deverá ser composto de:
 - Palavra de uso comum ou vulgar na língua nacional ou estrangeira e/ou com expressões de fantasia, com a indicação do objeto da sociedade.
 - De acordo com cada tipo de sociedade, acrescentar as palavras por extenso ou abreviadas:
 - "limitada"
 - "sociedade anônima" ou "e companhia" (esta não pode ficar no final)
 - "em comandita por ações"
 - Nome completo do titular + "EIRELI"

Empresário Individual ou EIRELI:

- Deve adotar como firma seu próprio nome
- Já existe nome empresarial idêntico ou semelhante? Tem vontade de acrescentar algo?
- É possível incluir designação mais precisa de sua pessoa ou de sua atividade, desde que não constituam sobrenome e não sejam abreviados: FILHO, JÚNIOR, NETO, SOBRINHO etc., que indicam uma ordem ou relação de parentesco.

Observações:

- Para mais informações, visite o site do Departamento de Registro Empresarial e Integração (<http://www.mdic.gov.br/index.php/micro-e-pequenas-empresa/drei>).
- Veja também a legislação IN DREI Nº 15 05/12/2013 e o novo código civil brasileiro art. 1.155 a art. 1.168 Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002.
- Consulte sempre um contador!

E. O Contrato Social

Este documento é uma espécie de estatuto, que conterà informações essenciais, como:



- Contrate advogado ou contador para elaborar este documento.
- Se houver sócios, sugerimos que a empresa seja gerida SEMPRE em conjunto, para que não haja riscos de má gestão causada por um sócio sem o conhecimento do outro.
- O contrato social deverá ser assinado (com firma reconhecida em cartório) e rubricado por todos os sócios da empresa e por duas testemunhas.
- A princípio, para ser válido, deverá ter o visto de um advogado, porém o Estatuto da Micro e Pequena Empresa prevê dispensa da assinatura do advogado para empresas desse porte.
- O Contrato Social costuma ser solicitado por bancos para a abertura de conta bancária, por fornecedores para estabelecer limite de crédito e por órgãos governamentais das três instâncias (federal, estadual, municipal) para autorizar o funcionamento da empresa.

Objeto Social sugerido:

- Serviços de engenharia; Instalação e manutenção elétrica; Instalação de máquinas e equipamentos industriais; Aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais, sem operador; Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial; Promoção de vendas.

F. Abertura da Empresa – Passo a Passo

Para acompanhar o processo de abertura de empresa, seguindo as normas estabelecidas pelo Departamento de Registro Empresarial e Integração – DREI.

Para operar uma micro ou pequena empresa, são necessários:



Em casos específicos, podem ser exigidos registros em Entidade de Classe, Secretaria de Meio-Ambiente e outros órgãos de fiscalização.

Os roteiros a seguir são genéricos. Procure saber se em seu município existem normas diferentes a serem cumpridas.

a) 1º Passo: Consulta Prévia de Local para Fins de Alvará de Funcionamento

- Verificar se:
 - Existem pendências ou restrições que impeçam a constituição da empresa no endereço pretendido.
 - A atividade pretendida é compatível com a lei de zoneamento.
- Fornecer endereço ou número de contribuinte do IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) e atividade empresarial para análise da administração regional ou prefeitura municipal.

b) 2º Passo: Busca de Nome Empresarial Idêntico ou Semelhante

- Escolha até 03 (três) nomes alternativos para consulta na Junta Comercial ou Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas.

c) 3º Passo: Registro da Empresa e Proteção ao Nome Empresarial

- Efetuado na Junta Comercial ou Cartório de Registro de Pessoa Jurídica.
- Após o registro, é entregue o NIRE (Número de Identificação do Registro de Empresa), etiqueta ou carimbo contendo um número, que é fixado no ato constitutivo.
- **Obs.:** A opção de ser ME ou EPP deve ser realizada no ato de registro na Junta Comercial.

d) 4º Passo: Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) e Secretaria da Receita Federal (SRF)**Não será emitido cartão CNPJ caso haja:**

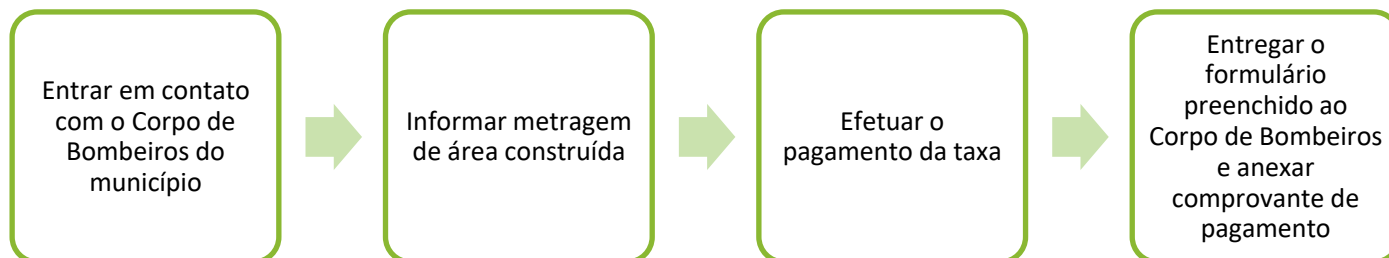
- Ausência do código da CNAE-Fiscal (Classificação Nacional de Atividades Econômicas - Fiscal).
- Sócios ou responsável da pessoa jurídica com inscrição cancelada ou inexistente no CPF.
- Sócios ou responsável de pessoa jurídica vinculados à empresa inapta ou suspensa no CNPJ.
- Omissão de declaração(ões) DIPJ (Declaração de Informações da Pessoa Jurídica).

CNAEs sugeridos:

- 7112-0/00 Serviços de engenharia
- 4321-5/00 Instalação e manutenção elétrica
- 3321-0/00 Instalação de máquinas e equipamentos industriais
- 7739-0/99 Aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente, sem operador
- 8599-6/04 Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial
- 7319-0/02 Promoção de vendas

e) 5º Passo: Alvará de Licença do Corpo de Bombeiros

Para liberar o funcionamento da empresa, normalmente as prefeituras exigem inspeção, vistoria técnica e o respectivo Alvará de Licença do Corpo de Bombeiros.

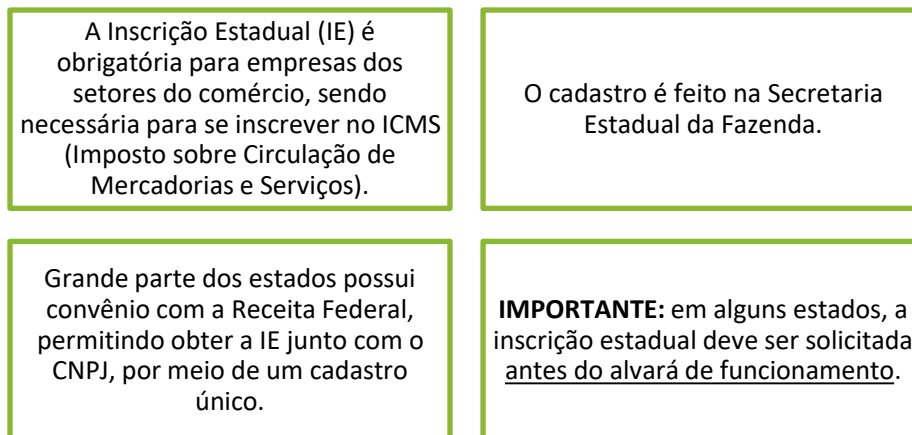


Obs.: Esse procedimento pode variar de acordo com as exigências de cada município.

f) 6º Passo: Alvarás

A empresa necessita ter o **Alvará de Licença e Funcionamento**. Para recebê-lo, é preciso pagar uma taxa que varia de acordo com o ramo de atividade e a metragem do estabelecimento.

Verifique com a Prefeitura se há necessidade de obter uma **Licença Ambiental Municipal** e uma **Certidão de Zoneamento e Viabilidade Municipal** (a exigência depende do tipo de atividade e do local onde será a instalada a empresa).

g) 7º Passo: Inscrição Estadual

h) 8º Passo: Inscrição na Previdência Social (INSS)

Toda empresa deve se inscrever no INSS. A matrícula da empresa será feita simultaneamente com a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) ou perante o INSS no prazo de 30 dias contados do início de suas atividades.

Independente do exposto acima, o INSS procederá à matrícula:

- De ofício, quando ocorrer omissão.
- De obra de construção civil, mediante comunicação obrigatória do responsável por sua execução, no prazo de 30 dias (atentar para esse detalhe no caso de reforma ou construção da base de operação).

O não cumprimento sujeita o responsável à multa, conforme julgada a gravidade da infração.

i) 9º Passo: Documentos Fiscais

Verifique com seu contador o modelo mais indicado e a obrigatoriedade de adoção para o seu caso.


Bloco de Notas Fiscais	Nota fiscal eletrônica (NF-e)	Cupom Fiscal
<ul style="list-style-type: none">•Necessita obter a Autorização para Impressão de Documentos Fiscais – AIDF, para a gráfica confeccionar as Notas Fiscais.•Após impressão, é obrigatório apresentar a Declaração da Gráfica Autorizada na repartição fiscal.	<ul style="list-style-type: none">•É obrigatória em alguns estados e para empresas de alguns segmentos.•Não precisa fornecer notas no papel e passa a utilizar um documento fiscal digital.•Elimina o custo da compra de talonários e pode simplificar gestão contábil com a ajuda de softwares que se encarregam de emitir, certificar e armazenar as NF-es.	<ul style="list-style-type: none">•Empresa deve ter sistema PAF (Programa Aplicativo Fiscal) que faz comunicação com a impressora fiscal (ECF) e comanda impressões de cupons, cancelamentos, descontos concedidos etc.•Para ativar um PDV:<ul style="list-style-type: none">•Lacrar a impressora fiscal (ECF) junto à secretaria estadual de fazenda (SEFAZ).•Informar qual é o fabricante e a versão do software homologado (PAF).•O processo burocrático demora de 1 a 20 dias, dependendo do estado.•A instalação e configuração técnica são feitas em menos de 1 dia.

j) 10º Passo: Inscrição no Sindicato Patronal

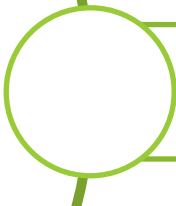
- Para se informar sobre para qual sindicato sua empresa irá recolher a Contribuição Sindical, procure o contador ou a Federação do Comércio do seu Estado.
- Em algumas localidades há mais de um Sindicato autorizado a representar determinada categoria:
 - Faça uma pesquisa e veja quais os prós e contras da convenção coletiva de cada um deles.
 - Dê preferência ao que tenha piso salarial menor e/ou mais flexibilidade em relação à legislação trabalhista.
- Verifique na Entidade Sindical Patronal se a contribuição é obrigatória para empresas inscritas no SIMPLES.

2. CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR


De acordo com a Lei nº 12.291, de 20 de julho de 2010, todo estabelecimento comercial e de prestação de serviços no território nacional deve, obrigatoriamente, disponibilizar um exemplar do Código de Defesa do Consumidor aos seus clientes. Se você descumprir a medida, estará sujeito à multa.



O código pode ser disponibilizado impresso ou em meio eletrônico de fácil acesso para consulta dos clientes.



É preciso divulgar a existência do serviço de livre consulta na própria unidade (ex.: utilizando um cartaz).



Recomenda-se que toda a equipe e os sócios da empresa leiam o **CDC (anexo IV.a)** para que saibam sobre os direitos e deveres dos clientes e do estabelecimento.

3. ANEXO

A ferramenta a seguir você encontra na pasta de arquivos digitais que acompanha este Manual.

Anexo IV.a – Código de Defesa do Consumidor

